PINGA-FOGO

■ **CLIMA SERENO - A mudança do calendário político trouxe serenidade ao Governo do Estado do Rio. Deixou de ser necessária a mudança de secretariado e de dirigentes de empresas públicas que vinha sendo construída. O único fato novo para os próximos dias será a convocação de André Português, ex-prefeito de Miguel Pereira, para o primeiro escalão.**

■ PEDIDO ATENDIDO PELO TSE - O pedido do coleguinha Lauro Jardim, feito na sua coluna de O Globo, foi atendido pela ministra do TSE, Maria Isabel Diniz Gallotti. Ela já pediu pauta para o julgamento do processo do Ceperj, que deverá entrar na segunda quinzena de setembro ou na primeira de outubro próximo.

■ **A ESCOLHA DE SOFIA NA GLOBO - A mudança editorial da TV Globo e dos jornais do grupo virando mais à direita, inclusive com demissões, tem muito a ver com o efeito Trump. O patrimônio e investimentos da Família de acionistas estão distribuídos em 48 empresas, algumas delas de capital aberto. O receio é o efeito "Rupert Murdoch" pelas atitudes do Wall Street Journal no caso das denúncias de envolvimento de Jeffrey Epstein. Se Donald Trump pune seu ex-aliado, o que poderá fazer com os acionistas da Globo?**

■ A correção de rumo é uma verdadeira escolha de Sofia, ou protege o patrimônio ou mantém uma postura ideológica.

■ **TARCÍSIO, O ELEITO - O sentimento de precaução dos acionistas da Globo coincide também com apelos da Faria Lima pró-Tarcisio de Freitas. Aliás, o governo de São Paulo destina a maior parte da sua verba de publicidade para os veículos das organizações Globo. Supera, inclusive, os investimentos do Governo João Doria. A Rede Record, ligada ao mesmo partido do governador, o Republicanos, recebe migalhas.**

■ FEDERAÇÃO EM AÇÃO - Mais de 12 governadores estarão reunidos em Brasília nesta quinta, 07, para debater os excessos de Alexandre de Moraes com Bolsonaro. Inclusive o Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que tem sido rotulado pelos colegas de "Rei do Muro", por raramente tomar partido das questões de centro-direita.

■ **PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS - O prefeito Eduardo Paes estuda abrir uma secretaria para o vereador Leniel Borel, para cuidar da causa de criança e adolescente que colocou o edil como campeão de votos na eleição passada. A nova pasta já tem até um fundo destinado à criança e adolescente. Vai ser um golaço em direção às famílias.**

■ QUEIROZ SECRETÁRIO - A posse do deputado Marcelo Queiroz como secretário municipal de Administração do Rio acontece no próximo dia 14 de agosto. Com convites pessoais e intransferíveis, a solenidade acontece no Palácio da Cidade, às 17h, com o prefeito Eduardo Paes de anfitrião, ao lado do vice Cavaliere.

■ **TIRADENTES A KNOPLOCH - O suplente do senador Flávio Bolsonaro, Léo Rodrigues, marcou presença na Alerj, nesta semana, para acompanhar a entrega da Medalha Tiradentes — a maior honraria concedida pelo Parlamento fluminense — ao seu amigo Maurício Knoploch. A cerimônia foi conduzida em sessão solene presidida pelo deputado Jorge Felippe Neto, com a presença de diversas autoridades, convidados e familiares.**

MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

CM

Pelo terceiro ano consecutivo, o Estado do Rio de Janeiro se consolida como referência nacional em governo digital, conquistando o 1° lugar inédito em inovação em serviços públicos digitais e figurando entre os três primeiros colocados no Índice de Ofertas de Serviços Públicos Digitais da ABEP-TIC, durante o SECOP, maior evento do país sobre tecnologia na gestão pública. A premiação, realizada em Brasília, destaca o trabalho liderado pela Secretaria de Estado de Transformação Digital e pelo PRODERJ, que vêm implementando diversas ações com foco no cidadão e que promovem avanços concretos na modernização do serviço público estadual. Na foto, o presidente do PRODERJ, Lucio Camilo, governador Cláudio Castro e secretário de Estado de Transformação Digital, Feu Braga

CM

O prefeito de Miguel Pereira, Pedro Paulo Quinzinho (d) com o ex-prefeito André Português (e)

CM

O encontro institucional foi realizado na sede da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Estado do Rio de Janeiro

Encontro na BGA RJ destaca Miguel Pereira como referência de gestão e desenvolvimento no Estado do Rio

Nesta semana, a sede da BGA RJ – Bolsa de Gêneros Alimentícios do Estado do Rio de Janeiro, entidade que congrega as principais redes de supermercados do estado, foi palco de um importante encontro institucional.

O presidente da BGA RJ, Everaldo Oliveira Nascimento, recebeu o presidente da Miguel Pereira Tur, o prefeito Pedro Paulo Quinzinho e o vice-prefeito Dr. Vitor Hugo, além de um expressivo grupo de empresários associados. O evento contou com a palestra do ex-prefeito André Português, que apresentou alguns dos cases de sucesso da gestão de Miguel Pereira, reconhecida como uma das mais inovadoras e eficientes do Estado do Rio de Janeiro.

O encontro também reuniu autoridades da Segurança Pública e representantes dos setores de finanças, entretenimento e outras áreas estratégicas. A pauta central girou em torno de oportunidades de investimento, fortalecimento de parcerias institucionais e da visão de futuro para Miguel Pereira e o estado do Rio.

A reunião foi marcada por uma rica troca de experiências, reforçando o compromisso comum com o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a promoção de um ambiente propício aos negócios e à inovação.

Ao final, o presidente da BGA RJ, Everaldo Oliveira, agradeceu calorosamente a presença de todos, enalteceu a parceria com a gestão municipal e destacou a importância de manter o diálogo entre o setor público e a iniciativa privada na construção de um Rio de Janeiro mais próspero.

Vítimas de violência doméstica poderão ter isenção em concursos públicos no RJ

CM

Projeto de Lei do deputado Carlinhos BNH avança na Alerj e busca garantir autonomia financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade

As mulheres vítimas de violência doméstica poderão ser isentas do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos para cargos da administração estadual no Rio de Janeiro. A proposta está prevista no Projeto de Lei 1.676/23, de autoria do deputado Carlinhos BNH (PP), que foi aprovado em primeira discussão pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) nesta terça-feira (05/08). A medida ainda precisa ser aprovada em segunda votação no plenário.

De acordo com o texto, a isenção valerá para concursos públicos abertos dentro do prazo de cinco anos a partir da concessão de medida protetiva ou da decisão judicial com trânsito em julgado em casos de condenação por violência doméstica. Para ter direito ao benefício, a candidata deverá apresentar a documentação expedida pela Justiça Estadual.

CM

Em evento repleto de amigos, familiares e parceiros de militância, o jornalista e subsecretário de Assistência Social do Rio, Leo Lupi, comemorou a chegada de seus 28 anos, no último domingo (3), na Lapa. Entre os presentes estiveram a secretária de Assistência Social, Martha Rocha, a mulher do prefeito de Niterói, Fernanda Sixel, o ex-deputado estadual Wanderson Nogueira, o vereador de Niterói, Raphael Costa, o ex-ministro Brizola Neto e o ex-presidente da Liga RJ das escolas de samba da Série Ouro, Deo Pessoa. Junto aos pais de Leo, o ex-ministro Carlos Lupi e a escritora Angela Rocha, a secretária Martha Rocha subiu ao palco, após um set de muito samba, e discursou ao aniversariante.

Fernando Molica

O movimento dos sem anistia e sem impeachment

Crítico feroz das ocupações de fazendas, o bolsonarismo aderiu à estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra ao invadir as mesas diretoras da Câmara e do Senado para forçar a adoção de suas pautas.

Um gesto compatível com a ditadura tão louvada por Jair Bolsonaro e seguidores — os militares, por três vezes, fecharam o Congresso Nacional. Desta vez, não preciso nem mandar cabos e soldados, o serviço foi feito por parlamentares, eleitos para, entre outros pontos, defenderem a integridade das duas casas.

É previsível que a extrema direita fique inconformada com a prisão de Jair Bolsonaro, busque anistia para golpistas e o impeachment de Alexandre de Moraes, que abomine atos do ministro do Supremo Tribunal Federal (alguns de seus gestos são mesmo passíveis de questionamentos).

Mas não admissível impedir o funcionamento do Poder Legislativo. O Parlamento, por definição, é local de debates, a palavra é derivada do verbo francês "parler", ou seja, falar. Diferentemente do que querem transmitir ao colocarem adesivos nas próprias bocas, eles, deputados e senadores, é que estão impedindo o debate, calam o contraditório.

Câmara e Senado são espaços de divergência, que procuram espelhar a diversidade que existe no país. Não se pode, portanto, querer transformá-los em casas de pensamento único, onde apenas uma voz seja ouvida. A atitude é incompatível até com o discurso de que o país viveria uma ditadura do Poder Judiciário — o remédio encontrado para o suposto autoritarismo do Supremo Tribunal Federal seria então impedir um outro poder de funcionar.

Bolsonaristas procuram justificar o recurso da ocupação, alegam que os presidentes das duas casas não têm dado andamento a propostas que consideram decisivas. Mas eles sabem que isso faz parte do jogo político, do exercício de pressões típico da democracia: só há unanimidade na ditadura.

Os responsáveis pelo comando da Câmara e do Senado têm o poder de elaborarem as pautas, de definirem prioridades, por mais que estas sejam criticáveis. Eduardo Cunha só pautou o impeachment de Dilma Rousseff por um motivo muito específico, a negativa do PT em livrar sua cara no Conselho de Ética da Câmara.

Os que agora reclamam de parcialidade do STF comemoraram quando a mesma corte só afastou Cunha da presidência da Câmara em maio de 2016, menos de um mês depois de ele conduzir a abertura do processo contra Dilma Rousseff, o pedido para que o deputado fosse defenestrado estava lá desde o ano anterior.

A ocupação das mesas do Congresso é ainda mais injustificável pelo seu atrelamento ao destino de apenas uma pessoa, Bolsonaro. Seus seguidores parecem esquecer que foram eleitos para defender interesses de parcelas da sociedade, não para cerrar fileiras em torno do ex-presidente. Não por acaso, a decisão de impedir os trabalhos do Legislativo ocorreu na sequência da prisão domiciliar decretada por Moraes.

Vale ressaltar que não está esgotada a possibilidade de o próprio STF mandar libertar Bolsonaro, na própria corte há os que questionam atitudes de Moraes, embora reconheçam seu papel decisivo na preservação da democracia brasileira, tão ameaçada em 2022 e no início de 2023. Uma revisão inexistente na ditadura, quando a maior parte das prisões ocorria sem qualquer ordem judicial.

Ao travar os trabalhos do Legislativo, bolsonaristas ampliam a lógica do sequestro decretado por Donald Trump em relação ao Brasil. Para que consigam impor suas propostas, transformam o Congresso — e, por extensão, o país — em refém: a paralisação pode impedir a aprovação da medida provisória que isenta de imposto de renda quem recebe até dois salários mínimos.

Tais parlamentares seguem assim a cartilha anunciada por Eduardo Bolsonaro que, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que só trabalha com a perspectiva de 100% de vitória ou 100% de derrota. É uma afirmação de viés totalitário, que nega a negociação típica das democracias e que chega afinada com a tentativa de golpe que tentou jogar o país numa ditadura absoluta.